

A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964)

Melissa de Miranda Natividade*

Durante toda a década de 1960 tivemos o florescimento de inúmeros programas e teses políticas em defesa da reforma agrária. O governo de João Goulart é marcado pela intensificação do debate em torno da questão agrária no Brasil. Porém, é importante ressaltar, que se inicia durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), de forma mais abrangente, o debate acerca do caráter que deveria assumir o desenvolvimento brasileiro, partindo das noções básicas de que o desenvolvimento, ou seja, a industrialização, era obstaculizado pelo atraso da agricultura e, muito especialmente, pela estrutura fundiária.. Essa noção geral tornou-se quase que unânime dentre os setores das “classes políticas” do Brasil nos anos 1960.

Minha pesquisa de Mestrado tem por objetivo principal uma análise crítica da tramitação, no Congresso Nacional, dos diversos projetos de reforma agrária ao longo do governo de João Goulart (1961-1964). Partimos do pressuposto geral de que o projeto reformista em curso no governo Goulart, vai de encontro aos interesses de amplos setores da classe dominante do país. Nesse sentido, o movimento empreendido contra a aprovação de qualquer projeto identificado com o projeto de reforma agrária do governo, se insere em um movimento maior de barrar as ações do Executivo e tentar conter o desenvolvimento da organização de classes trabalhadoras no país. Pretendemos demonstrar, ao longo da pesquisa, o que estamos chamando aqui de “movimento”. Isto é, analisar o campo de atuação dos agentes elaboradores dos projetos de oposição ao do governo¹ - campo de atuação este que passa pelo partido político ao qual pertencem, pelas diversas associações de classe a que estão relacionados até a publicação de artigos em revistas especializadas e de livros. Além disso, um estudo da questão agrária deve levar em conta como se configurou historicamente a questão de uso e acesso à terra no

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹ Não estamos apontando aqui uma homogeneidade das classes dominantes opositoras ao governo.

Brasil e deve identificar que interesses de classe estão presentes nos diversos projetos de reforma agrária.

Tendo como base teórica a concepção ampliada de Estado de Antonio Gramsci, ao analisarmos o debate político em torno da questão agrária, não estamos partindo da ação do Estado restrito, mas sim da permanente interação da Sociedade Civil e da Sociedade Política. Ou seja, não partiremos do Congresso Nacional ou das iniciativas do Executivo para entender a configuração do debate, mas sim, tentaremos mapear os diversos matizes desse debate levando em consideração a análise dos seus agentes e de suas práticas. Segundo Fontana:

“Uma das contribuições mais interessantes de Gramsci é a sua reflexão sobre os mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação sobre as outras, estabelecendo a sua hegemonia não somente pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram” (FONTANA, 1998:238).

Os aparelhos privados de hegemonia são utilizados pelas classes ou fração de classes dominantes como forma de divulgação de seus valores, tornando-os legítimos. A imprensa está inserida no conjunto do que Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia e funciona como um agente partidário. A noção de imprensa como partido político foge às interpretações liberais que consideram-na como “quarto poder”, sendo assim, podemos levar em consideração características da imprensa como: interesses econômicos e empresariais; projeto político próprio; visão de mundo e atuação ideológica.

Neste presente trabalho o objetivo é abordar criticamente algumas das principais discussões em torno da questão agrária brasileira durante o governo de João Goulart, trata-se de um texto exploratório na medida em que a pesquisa está em fase inicial. Para tal, utilizaremos uma pesquisa realizada em dois jornais da chamada grande imprensa da época, *O Globo* e *Última Hora*. Tendo em vista que a Reforma Agrária foi a principal bandeira reformista do governo neste período, e que toda e qualquer ação deste último sofreu fortes reações oposicionistas, uma análise de dois periódicos com posições político-ideológicas contrárias pode ajudar a entender melhor a composição do que estamos chamando aqui de “movimento” contra a aprovação do projeto de reforma

agrária do governo Goulart e, como o próprio governo reagiu a essa oposição. Isso porque, podemos caracterizar o jornal *Última Hora* como um órgão privado diretamente alinhado ao governo e, por sua vez, *O Globo* como fortepositor ao governo Goulart.

João Goulart toma posse no dia 7 de setembro de 1961, 13 dias após Jânio Quadros renunciar à Presidência da República, e isso ocorreu após uma solução conciliatória, considerada por grupos que apoiam João Goulart, como um *golpe branco*. É assim denominada porque, com a renúncia de Jânio, instala-se no Brasil uma crise política, pois os ministros militares manifestaram-se contra a posse do vice-presidente João Goulart, tratava-se de um herdeiro da política de Getúlio Vargas e acusado de comunista. Para garantir a legalidade constitucional e resolver a crise política, decretase no país o regime político Parlamentarista. Desta forma, os ministros militares; os partidos políticos de direita; a classe proprietária de terras e a elite brasileira, “engoliram” um presidente que acaba de retornar de uma visita à China Comunista de Mao Tsé-Tung, mas que tem seus poderes reduzidos. O discurso de posse de Jango é emblemático com relação às Reformas de Base; são a prioridade de seu governo, e a Reforma Agrária é a mais urgente. Tancredo Neves, primeiro-ministro do primeiro gabinete parlamentarista do governo, também se pronuncia quanto às reformas. Ele imprime em seu discurso um tom conciliador e de diálogos.

Aspásia Camargo (CAMARGO,1985:188-224) destaca a questão agrária no governo João Goulart utilizando principalmente jornais como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, além de entrevistas e discursos de diversos participantes desse processo. Segundo a autora, existem nesse momento dois problemas básicos que constituem o cerne das discussões sobre política agrária: o primeiro, relacionado com a questão fundamental de saber que tipo de reforma agrária implementar, isto é, a quem beneficiar, e em que nível, em detrimento de que forças sociais e políticas; o segundo, refere-se às fórmulas institucionais do seu encaminhamento, bem como aos instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornem seus custos sociais politicamente viáveis. No decorrer de nossa pesquisa, verificamos que as duas questões são amplamente apresentadas pelos dois periódicos pesquisados.

A nomeação do pessedista Armando Monteiro Filho, conhecido usineiro, para a pasta da Agricultura, constituía garantia de que o movimento para uma mudança na

estrutura agrária do Brasil não ultrapassaria os limites que o mantivesse assimilável pelo sistema, e assegurasse a manutenção da ordem no campo. Armando Monteiro convoca um grupo de trabalho para elaborar um anteprojeto de reforma agrária. Paralelamente, funcionava o grupo de trabalho presidido pelo senador Milton Campos que, por iniciativa ainda do governo Jânio Quadros, encarregara-se de elaborar o *Estatuto da Terra*². Os resultados das duas comissões circulam de forma quase que simultânea, com algumas medidas de caráter comum.

O grupo de trabalho do senador Milton Campos, encaminha o texto final do *Estatuto da Terra* a Tancredo Neves em 17 de janeiro de 1962. O anteprojeto não faz referência a uma reforma constitucional e apresenta preocupação com a produtividade agrícola. Essas duas características citadas acima são o reflexo de um texto conservador, que destaca a importância de uma política agrícola, e não uma mudança na estrutura agrária. Sugere, então, uma reforma agrária que aplique medidas que regulem a parceria e o arrendamento, estenda a legislação trabalhista ao campo e, determine as condições de desapropriação por interesse social. Paralelamente, e utilizando subsídios do *Estatuto da Terra*, o ministro Armando Monteiro, em reunião no mês de fevereiro de 1962, apresenta anteprojeto ao Conselho de Ministros discutindo a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA).

As propostas de Milton Campos e do ministro da Agricultura não são as únicas que circulam neste momento de grandes expectativas reformistas. Existe, também, por exemplo, a do Conselho Nacional de Economia, que divulga também os resultados da Comissão Especial organizada ainda no governo Jânio Quadros.

Outro exemplo é o do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), órgão fundado em novembro de 1961 - resultado da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo - afirmava que os homens de negócios deveriam ter maiores responsabilidades políticas. A instituição era favorável à reforma agrária, de acordo com o estabelecido pela Aliança para o Progresso.³ Sua posição pró-reforma

² Somente em novembro de 1964, durante o governo militar do general Castelo Branco (1964-1967), foi criado formalmente o primeiro instrumento institucional de reforma agrária no Brasil.

³ A Aliança para o Progresso foi um programa, dos Estados Unidos da América, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, mediante a colaboração financeira e técnica em toda a América Latina, a fim de não deixar aparecer um outro país com as características de Cuba, foi efetuado entre 1961 e 1970.

agrária baseava-se na convicção de que “o homem que possui sua própria terra torna-se o melhor defensor da sua própria liberdade”(DREIFUSS, 1981).

Já o Presidente da República, paralisa o encaminhamento de medidas consideradas, naquelas circunstâncias, como politicamente inviáveis. De fato, o governo não envia ao Congresso no gabinete Tancredo Neves, nenhum projeto de reforma agrária, e Goulart, em diferentes ocasiões, tem a oportunidade de revelar que pretende aguardar as eleições de outubro 1962 e as predisposições do novo Congresso.

Porém, ainda em novembro de 1961, sob o impacto do movimento camponês em acelerada fase de mobilização, Jango anuncia a impossibilidade de uma efetiva reforma agrária sem a mudança do princípio constitucional que exige indenização prévia, em dinheiro.

A presença do presidente da República e seu discurso de encerramento no 1º Congresso Camponês em Belo Horizonte – onde lideranças de diferentes Estados clamam por uma reforma agrária “na lei ou na marra” - e seus contatos com Francisco Julião em busca de aliança com as Ligas Camponesas, são vistas com profunda desconfiança pelas classes dominantes do país.

Diante de tal quadro, as reações dos proprietários de terra não tardam. Em numerosas reuniões de associações rurais e classes produtoras em diversos pontos do país, se fixa posição comum de obediência aos preceitos constitucionais, aliado ao interesse prioritário pelo estímulo à produção, considerado o fundamento de uma verdadeira “revolução agrícola”. Consideravam como demagógicas as medidas de expropriação e distribuição de terras, que acarretariam fatalmente a desorganização da produção. Destaca-se aí o papel aglutinador da Confederação Rural Brasileira, que antecipou para o início de 1962 a reunião programada somente para o final do ano. Tendo em vista, a necessidade de um pronunciamento da classe rural sobre a reforma agrária no Brasil.

No dia 1º de maio de 1962, data emblemática para comemorações e pronunciamentos para as classes trabalhadoras, desde o governo de Getúlio Vargas, Goulart pronuncia discurso em Volta Redonda (RJ). Ele oficializa posições que parecem encerrar o compasso de espera que dominou, desde o início de seu governo, e anuncia a ofensiva política que redundará em mudança de Ministério; solicitação de “poderes especiais” ao Congresso; intensa luta eleitoral por sua renovação; e finalmente,

oficialização do plebiscito, que, a partir de janeiro de 1963 devolverá ao presidente os plenos poderes que havia perdido para a garantia de sua posse.

Com o pedido de reforma constitucional que se acrescenta às Reformas de Base previamente definidas, cresce a desconfiança de setores da oposição quanto às intenções reais do governo. As reações à reforma constitucional prenunciam graves tensões políticas e engrossam os temores de uma reforma agrária “radical”. A CRB protesta contra os poderes especiais, classificando o pedido de desnecessário e inoportuno, denuncia financiamentos governamentais a concentrações comunistas, e pede às autoridades rurais de todo o país que alertem seus associados para não votarem nos candidatos que comunguem com as ideias do governo (CAMARGO, 1985).

Porém, as eleições de 1962 geraram um Congresso cuja composição sofreu alterações importantes. O crescimento do eleitorado determinou o aumento do número de cadeiras de 326 para 404. Destas, o PSD ocupou 118, mantendo-se com a maior bancada, ainda que seu crescimento tivesse sido quase nulo em relação à legislatura anterior, quando tinha 115 cadeiras. Quanto ao PTB, praticamente dobrou seu número de representantes, passando de 66 para 116 e tornando-se a segunda bancada, ultrapassando a UDN, que de 70 pulou para 91 cadeiras .

Com o objetivo de institucionalizar o crescente movimento camponês, a partir de 1962, o governo e o próprio Congresso, intensificam suas ações para sindicalização dos trabalhadores rurais. Presenciou-se, então, uma verdadeira proliferação de projetos, decretos e portarias relativos à sindicalização rural. Em março de 1963 foi aprovado pelo Congresso Nacional o *Estatuto do Trabalhador Rural*. O estatuto tornava extensivos ao campo direitos que os trabalhadores urbanos já haviam incorporado décadas antes, como a obrigatoriedade do registro em carteira profissional, salário mínimo, repouso semanal, férias remuneradas, entre outros. A aprovação do estatuto não significou, é claro, que os trabalhadores rurais como um todo, tenham efetivamente se apoderado dos direitos previstos.

Paralelamente a essa intensa produção legislativa, o governo criou também, por lei delegada de 11 de outubro de 1962, aquele que seria seu principal instrumento de intervenção na questão agrária, de maneira mais ampla, e na sindicalização rural, de modo mais específico: a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Apesar de ter a seu cargo o planejamento, a promoção e a execução da reforma agrária e de medidas

complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, dispoño para tanto de poderes especiais de desapropriação, a SUPRA exerceu grande influência na sindicalização rural, por intermédio de seu Departamento de Promoção e Organização Rural (GRYNSZPAN, 2006:57-77). A criação da SUPRA, tem como objetivo ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, e, mais que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação (CAMARGO, 1985:204). A ela coube, juntamente com o Ministério do Trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando as verbas necessárias para o início de seu funcionamento – aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados - seja facilitando seu reconhecimento. Em meados de 1963, cria-se a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), que tinha como metas básicas, a fundação de sindicatos e a realização de planos integrados de atendimento das reivindicações da população camponesa em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e dos direitos trabalhistas.

O primeiro superintendente da SUPRA, João Caruso, ligado a Leonel Brizola, permaneceu no cargo somente até junho de 1963, pois foi acusado de incentivar os conflitos no campo, decretando a desapropriação de fazendas ocupadas no Rio de Janeiro.

Diante das pressões dos grupos conservadores, Caruso foi forçado a se demitir, e, Jango nomeia João Pinheiro Neto, político com bom trânsito no PSD. Em agosto de 1963, João Pinheiro Neto declarou que a SUPRA promoveria desapropriação apenas como último recurso (GRYNSZPAN, 2006:72).

Este, após a assinatura do Decreto de Desapropriação⁴, em 13 de março de 1964, também seria fortemente acusado pelos grupos conservadores.

Apesar disso, desenha-se assim um quadro no campo brasileiro mostrando que, dos apenas cinco sindicatos reconhecidos em todo o país em fins dos anos 1950, saltou-se para mais de mil no início de 1964, além da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

⁴ Decreto nº 53700, de 13 de março de 1964. Decreto da SUPRA, que declara de “interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências”. Texto integral disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>.

A pressão, organização e mobilização da população rural tiveram influência direta para o desencadeamento de toda essa ação do Estado. Assim, podemos observar que toda essa criação de sindicatos foi produto da própria legislação e da ação do governo, na tentativa de unificar o campo de disputas entre as forças que concorriam pelo controle do campesinato, determinando suas regras, definindo e restringindo as organizações que, juridicamente, deteriam o monopólio da sua representação no nível municipal (os sindicatos), no estadual (as federações) e no nacional (a CONTAG). Porém, ao fazê-lo, a ação do governo pesou para a criação da própria categoria – o trabalhador rural – caracterizando-a, definindo seus direitos, determinando seus instrumentos de defesa e de representação, distinguindo-a de seu oposto, os empregadores. Além disso, esforçou-se para classificar as diversas categorias, que iam desde assalariados até pequenos proprietários, passando por arrendatários, posseiros, parceiros, colonos, foreiros, moradores, entre outros, como trabalhadores rurais.

Em março de 1964, a SUPRA decreta como de interesse social, para fins de desapropriação, terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, além daquelas beneficiadas por investimentos federais em obras de irrigação, drenagens e açudes. A assinatura do decreto foi anunciada no “Comício das Reformas”, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março, em frente à estação de trens da Central do Brasil. Em seu discurso, o presidente retomou a defesa da emenda da Constituição (que já havia sido rejeitada em plenário) no sentido de possibilitar a realização da reforma agrária, alertando ao Congresso para que ouvisse os reclamos populares e colaborasse para acelerar o progresso nacional (GRYNSZPAN,2006:74).

Alguns dias após o Comício das Reformas, João Goulart foi derrubado. A partir de então, o regime político adotado no Brasil pelos próximos 25 anos, é o de uma ditadura militar com todos os ingredientes possíveis de autoritarismo e terror.

A partir da noção de imprensa como partido político, podemos analisar nas páginas dos dois periódicos como esses aparelhos privados de hegemonia buscam divulgar o projeto político que cada um defende. A reforma agrária se firmou definitivamente como tema incontornável, ocupando, assim, as seções de maior destaque dos jornais, desde os grandes aos pequenos, e tornando-se um dos principais eixos do debate e das disputas políticas nacionais, gerando proposições e tomadas de

posição. Tomemos as duas reportagens abaixo como um exemplo claro dessa tomada de posição de *O Globo* e *Última Hora*:

A Balela das Reformas de Base – Eugênio Gudin

Recorrendo mais uma vez à morfina, apelam os partidos políticos que apoiam o Sr. Tancredo Neves (ou o Sr. Goulart?) para o “slogan” das REFORMAS DE BASE, a saber, especialmente a reforma agrária.

(...) É preciso ser integralmente (não parcialmente) imbecil para acreditar que “essas reformas”, quase tôdas desaconselháveis, aliás, possam ter qualquer influência sôbre o progresso econômico ou social do país.

(...) O povo não votou em 3 de outubro de 1960 por reforma agrária sem saúde, sem instrução, sem técnica, sem crédito. (O Globo, 18/10/61, p. 2).

Denunciada Sabotagem à Reforma Agrária

Lamentando ser impossível debater através de uma entrevista todos os pontos da reforma agrária, o secretário do Grupo de Trabalho que estuda o Estatuto da Terra, propõe que se leve a praça pública o problema, debate-se a reforma agrária nas escolas, nos sindicatos, nas igrejas, em tôda parte, pois afirma ser o único meio de barrar os retrógrados. (Última Hora, 18/10/61, p. 4).

O jornal *Última Hora* mostrou posição favorável e defensora de uma mudança na estrutura agrária do país, sempre alinhada com as proposições governamentais, inclusive, não favorável aos chamados “radicalismos de esquerda”. O jornal foi, por exemplo, um forte apoiador de Leonel Brizola, porém, quando este último tomou posições que o distanciaram de João Goulart, perdeu o apoio do jornal, mas também não houve represália por parte do periódico ao político gaúcho. O Deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, por manter firme posição de autonomia frente ao governo e defender medidas mais expressivas para uma mudança no campo, foi criticado muitas vezes pelo periódico.

O jornal *O Globo* demonstrou ser favorável à reforma agrária, desde que sem alterações na estrutura fundiária do país e privilegiando aspectos técnicos e o desenvolvimento agrário. A demonstração dessa afirmativa está na grande cobertura dada pelo jornal aos discursos de pessoas e instituições alinhadas com essas teses

agrárias. Instituições como a Confederação Rural Brasileira (e todas as suas regionais) e a Escola Superior de Guerra têm espaço garantido para divulgar suas reuniões e suas publicações e, dar opinião sobre qualquer medida política tomada. Além disso, o jornal colocou-se a serviço do IPES na campanha ideológica de manipulação da opinião pública (DREIFUSS, 1981:231) contra mudanças profundas na estrutura fundiária brasileira, desta forma, defende uma reforma agrária nos “moldes” desta instituição.

O IPES juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁵, desempenha forte ação no âmbito político com relação à reforma agrária. No primeiro semestre de 1961 foi composta a Ação Democrática Parlamentar (ADP)⁶, formada basicamente por parlamentares da UDN e do PSD, mas, congregava também, deputados de outros partidos políticos como, por exemplo, Raul Pilla do PL. Organizada para fazer oposição ao governo de João Goulart, a ADP atuava na Câmara dos Deputados e em assembleias legislativas de alguns estados. Sua maior preocupação era o “combate ao comunismo”, que estaria ameaçando as instituições democráticas do país (a ADP tinha preocupação com a atuação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, nos diversos setores da vida política e social do Brasil naquele momento). Nesse sentido, via com desconfiança o programa de reforma agrária promovido por Goulart, assim, promoveu articulação de seus membros no Congresso Nacional para barrar o projeto governista. De acordo com sua orientação ideológica, através do Boletim da Ação Democrática - publicação mensal do IBAD - a Ação Democrática diferencia Reforma Agrária Comunista e Reforma Agrária Democrática, pregava uma reforma não como sinônima de distribuição de terra, mas sim uma reforma que viesse acompanhada por investimentos em serviços considerados essenciais, como estradas, transporte e assistência sanitária.

Segundo Dreifuss, à essa campanha ideológica junto à opinião pública, soma-se a atuação no Congresso da ADP. O chefe do Grupo de Ação Parlamentar e financiador geral do IPES, Jorge Oscar de Mello Flores, estabelecia as diretrizes a serem trilhadas

⁵ Instituto formado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em maio de 1959, por empresários brasileiros e estrangeiros, com o objetivo de “combater o comunismo” no Brasil e influir no debate político, econômico e social do país. Ao longo do governo de João Goulart, desempenhou, juntamente com o IPES, forte campanha contra o governo.

⁶ Segundo Dreifuss, a ADP operava como frente política e como canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública. O autor conceitua como elite orgânica, os líderes e membros que faziam parte da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo.

pelos grupos atuantes no Congresso, e pedia a ativação e apresentação de anteprojetos de lei de reformas básicas, sobre assuntos que o governo considerasse vitais para o país. Dreifuss afirma que o IPES formulou anteprojetos referentes à reforma agrária, bancária, urbana, tributária e administrativa. Os anteprojetos que estavam sob posse da ADP, deveriam ser apresentados por esta de maneira a acentuar o seu prestígio.

Seguindo a mesma linha das instituições citadas acima, *O Globo* criou em fevereiro de 1962, uma coluna semanal chamada *O GLOBO vai ao campo*. A coluna apresenta, na maioria das vezes, informação e opinião sobre agropecuária e agronegócio:

Com este título iniciamos hoje a publicação de uma nova seção destinada primordialmente aos leitores do interior, àqueles que mourejam no campo em um trabalho fecundo que desconhece lazeres, devotados ao esforço de extrair da terra os produtos que constituem o maior fonte de riquezas deste país. A finalidade essencial da nossa reportagem rural, que sairá todos os sábados, é tornar-se um veículo objetivo e prático de informação e consulta para os lavradores e, também, uma coluna de defesa dos interesses e direitos de tão abandonada agricultura brasileira. Por isso mesmo convocamos para dirigi-la um agricultor e pecuarista que, partindo de um modesto princípio, formou, juntamente com seus irmãos, o que é hoje uma das maiores e mais modernas organizações agropecuárias do estado de Minas Gerais. (O Globo, 03/02/62, capa).

Dessa forma, mais uma vez, deixa clara sua posição em relação à direção que o debate sobre a questão agrária deve seguir.

Além disso, reproduziu um discurso que buscava o esvaziamento do sentido redistributivo da reforma agrária, transformando-o em uma discussão apenas de melhoria de vida das populações rurais via educação e saúde.

Como já citado, em meados de novembro de 1961, acontece em Belo Horizonte o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, mais conhecido como Congresso dos Camponeses⁷, o evento contou com a presença do presidente João Goulart, o primeiro ministro Tancredo Neves, o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, entre outros.

⁷ Congresso organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que teve uma forte participação também das Ligas Camponesas. Foi um marco importante na afirmação do camponato e da percepção pública de seus problemas e de suas reivindicações.

Última Hora cobre a participação do presidente Goulart no encerramento do congresso com manchetes como: “Trabalhadores do Campo Encerrarão Hoje Seu Congresso: Jango Presente”, “Jango: Reformas Já ou Revolta do Povo”, “Presidente Critica a Constituição: impede desapropriar terras”. Podemos observar um destaque dado pelo periódico ao congresso, com muita ênfase no que diz respeito à participação de João Goulart. Porém, apresentou também diversos pronunciamentos de Francisco Julião no evento.

Já *O Globo* não menciona o congresso, porém, o que vemos nas páginas do periódico nos mesmos dias em que ele ocorreu traduz o espaço dado pelo jornal para as vozes das classes dominantes tradicionais: “Reforma Agrária pela Violência em Terras Cultivadas”, “Políticos sem escrúpulos estimulam as invasões de fazendas fluminenses”. Verificamos, também, reportagens sobre o anteprojeto de lei de reforma agrária feito pelo Conselho Nacional de Economia e sobre o encaminhamento de uma emenda constitucional por Ranieri Mazzili⁸, que permitia a execução da reforma agrária. Segundo o jornal, a proposição garantia o direito de propriedade de terra, mas permitia que a mesma fosse desapropriada por utilidade pública ou por interesse social, mediante indenização que poderia ser paga em títulos de dívida pública ou pela forma que a lei determinasse.

Após o encerramento do Congresso dos Camponeses, *O Globo* demonstra qual a sua opinião sobre o encontro em Belo Horizonte através de manchetes como: “Líderes Rurais Alertam as Autoridades Contra Movimentos Subversivos: Pregada Abertamente a Revolução Comunista no Recente Congresso dos Trabalhadores Agrícolas” (20/11/61,capa). Ainda seguindo a mesma linha, notícia, nos dias que se seguiram, movimentos de trabalhadores rurais, utilizando nas manchetes expressões como: “levantes armados”; “saques”; “movimentos rebeldes”; “agitações comunistas”.

Em fins de janeiro de 1962, mais precisamente nos dia 24 e 25, realizou-se no Rio de Janeiro, a VI Conferência Rural Brasileira, destacamos aí o papel de mobilização e de reação dos proprietários de terra a qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária brasileira. Acompanhando as páginas dos dois jornais nesse período, podemos ver como esse debate nacional vai tomando forma.

⁸ Deputado Federal pelo PSD, era o Presidente da Câmara.

CNTC⁹ : Extensão das Leis Sociais ao Campo

Tôdas as confederações nacionais de trabalho vão reiniciar a luta, em bases muito mais vigorosas e objetivas, pela extensão imediata dos benefícios da Legislação Trabalhista e da Previdência Social aos empregados rurais. (Última Hora, 24/01/62, p. 8).

JG: Estado Tem Dever de Dar Terra a Todos

Discursando, no encerramento da VI Conferência Rural, o Presidente João Goulart afirmou que “a reforma agrária não é, como pretendem alguns teóricos, tirar a terra de quem a possui e a faz produzir, para dar indiscriminadamente a quem não a possui e não tem condições de fazê-la produzir”, se alguém tem o grande dever social de dar terra, êsse alguém é o Estado. (Última Hora, 26/01/62, p. 4).

A Verdadeira Reforma Agrária

(...) As conclusões do Grupo de Trabalho de que nos ocupamos, consideram indispensável que o acesso à terra se realize de forma mais ampla e humana, mas sempre com o respeito aos princípios jurídicos e morais, que alicerçam nossa concepção de vida cristã e ocidental. Há, pois duas formas de chegar-se à reforma agrária. Ou esta, a que aludiu o relatório perante a reunião de Santa Maria¹⁰, ou a subversão esposada e aconselhada pela doutrina marxista.

(...) O essencial é chegar-se a uma solução equilibrada, não a uma panacéia demagógica. (O Globo, 23/01/62, capa).

*Chegou a Hora de uma Definição Positiva da Agricultura Nacional
Lavradores e Criadores de todo o país apreciam problemas agropecuários na VI Conferência Rural, ontem instalada no Maracanãzinho – grande interêsse no temário, que inclui estudos minuciosos sôbre a reforma agrária. (O Globo, 25/01/62, capa).*

O que podemos tomar como ápice da radicalização ideológica em torno das discussões políticas com relação à questão agrária no governo de João Goulart, foi o chamado Comício das Reformas, em 13 de março de 1964. Os meios de comunicação garantiram destaque ao evento.

⁹ Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

¹⁰ Reunião no município de Santa Maria no Rio Grande do Sul com representantes da elite rural deste estado. Faz parte das numerosas reuniões de associações rurais e classes produtoras que ocorreram em diversos pontos do país nesse período.

Última Hora e *O Globo* mantêm, nesse momento, quase que um duelo, um mantendo sua posição a favor do governo de Goulart, e o outro, aliado a uma forte campanha contra o governo que unia a oposição política junto com instituições civis e outros instrumentos da mídia.

Iniciado o mês de março de 1964, *Última Hora* dá total cobertura aos esforços do governo para pressionar o Congresso Nacional para a aprovação de seu plano de reforma agrária. O jornal traz diariamente manchetes sobre o Comício das Reformas, destacando sua importância e conclamando a população ao comparecimento. Além disso, servindo como meio de resposta do governo às acusações de que o comunismo seria instalado no Brasil, que vinham através de vários outros jornais.¹¹

Em contrapartida, *O Globo* segue com a campanha de “alerta aos brasileiros” contra a comunização do país liderada pelo governo federal. A palavra de ordem do jornal é “contra o comunismo”. Argumentos como o de que a assinatura do decreto da SUPRA geraria uma onda de invasões de terras por parte das populações rurais, era amplamente difundido. O jornal, ao iniciar o mês de março de 1964, dá voz às classes proprietárias de terras para defenderem suas propriedades.¹²

Nos dias que se seguiram ao comício, os jornais traziam os desdobramentos das lutas políticas em torno da reforma agrária e as trocas de acusações entre governo e oposição. Com a notícia amplamente destacada por *Última Hora*, de que a SUPRA anuncia que iniciará as desapropriações por duas fazendas de João Goulart, no jornal *O Globo* já são eminentes as acusações de “demagogia”, “comunismo”, “inconseqüente”, “irresponsável”, com relação ao governo e à SUPRA. Até mais ou menos dez dias após o comício, as acusações vão se intensificando e os discursos ficam cada vez mais ofensivos, essas são as manchetes mais destacadas pelos dois jornais: “Oposição em Desespêro – Derrubar Jango Antes das Reformas” e “Golpe no Congresso: UDN quer Passar Falsa Reforma Agrária Jango Não Dará Trégua à Reação: Ofensiva Reformista Prosseguirá”.¹³ “Manifesto Ruralista Pede às Forças Armadas Mobilização Cívica Contra o Comunismo”, “Criadores e Agricultores de Sergipe Manifestam-se Contra o Decreto da SUPRA” e “Ademar de Barros: Não Reconheço a SUPRA, é Ilegal”.¹⁴

¹¹ *Última Hora*, 04/03/64, 09/03/64 e 14/03/63.

¹² *O Globo*, 12/03/64 e 16/03/64.

¹³ Manchetes do jornal *Última Hora* entre os dias 17, 18 e 24 de março de 1964.

¹⁴ Manchetes do jornal *O Globo* entre os dias 14 e 18 de março de 1964.

O editorial do *Última Hora* em 23 de março traz uma mensagem no sentido de demonstrar a deturpação, feita pela oposição, do que foi o comício do dia 13.

A Grande Deformação

O panorama político ao Comício das Reformas vem sofrendo uma intensa deformação que deve ser denunciada e combatida. Com o volume quase monopolista de seus recursos de guerra psicológica, as forças anti-reformistas manipularam a repercussão do comício no sentido de transformá-lo não no divisor de águas entre Reforma e imobilismo, mas sim na opção falsa entre legalidade e ilegalidade.

O governo Goulart apresentava uma proposta tímida de reforma agrária, alinhada aos preceitos do capital, mesmo assim, sofreu forte oposição de amplos setores da classe dominante do país. Através dessa rápida análise nos dois periódicos observamos um dos campos de ação dos agentes participantes deste processo. Os diversos agentes ligados diretamente ao governo e os de oposição a este, apresentam ações que perpassam não só os partidos políticos ao qual pertencem, mas as associações de classe, instituições de ensino, frentes políticas, complexos associativos empresariais e empresas jornalísticas.

Apesar de não ter conseguido realizar a reforma agrária que propôs - considerada aqui como uma tímida proposta, visto que o Estatuto da Terra aprovado no pós-golpe de 64 engloba ações reformistas previstas no projeto do governo Goulart (BRUNO, 1995:5-31) - o governo de João Goulart conseguiu acelerar a realização da sindicalização dos trabalhadores rurais.¹⁵ Dessa forma, pretendo em minha pesquisa de Mestrado buscar entender não apenas como, mas também porque frações da classe dominante brasileira agiram fortemente contra a forma como o governo de João Goulart tratou a questão agrária brasileira. Esperamos que este texto possa iniciar uma reflexão dessas questões.

Referências bibliográficas:

ABREU. Alzira Alves de. et al. (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, versão CD-Rom.

¹⁵ Essa sindicalização dos trabalhadores do campo tinha o objetivo de manter o controle de um movimento camponês que cada vez mais se firmava no cenário político.

BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. In: *Estudos Sociedade e agricultura*, nº.5, 1995, p.5-31.

CAMARGO, Aspásia. “A Questão Agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)” In: FAUSTO, Boris. (Ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III, Tomo III. São Paulo: Difel, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

GRYNSZPAN, M. In: FERRREIRA, Marieta de Moraes. (org.) *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: uma questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 28, p.245-263.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. In: *Outros Tempos*, Vol.1, esp.,2007, p.1-12.

_____. “Questão agrária e reforma agrária: algumas reflexões”. In: *Temas e Matizes*, nº. 14, 2008, p.103-114.

NOGUEIRA, Soraia Vieira. *Reforma Agrária: Uma prática discursiva na imprensa (1961-1964)*. Rio de Janeiro, monografia, Departamento de História do IFCS/UFRJ, 2003.